

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 690.360 - SP (2015/0076204-5)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : ELEVADORES OTIS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉ GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN E OUTRO(S) -
SP168804
LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
JUAN MIGUEL CASTILLO JÚNIOR - SP234670
HERMANO DE VILLEMOR AMARAL NETO - SP109098A
LEONARDO RODRIGUES CARVALHO - SP292614
MAURO CONTE FILHO - SP344070
AGRAVADO : MARCELO BATISTA
ADVOGADO : MAGALI NOGUEIRA DA SILVA - SP158723
INTERES. : CONDOMINIO EDIFICIO SAO BENTO
INTERES. : AXA SEGUROS BRASIL S/A
ADVOGADOS : MARCUS FREDERICO BOTELHO FERNANDES - SP119851
LUCAS RENAULT CUNHA - SP138675
INTERES. : IRB BRASIL RESSEGUROS S/A
INTERES. : AGF BRASIL SEGUROS S/A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE. LESÃO SOFRIDA EM ELEVADOR. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/73. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CULPA CONCORRENTE OU EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/73 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. O Tribunal *a quo*, com arrimo no acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu pela inexistência de culpa concorrente ou exclusiva da vítima. A pretensão de modificar tal entendimento, sob o fundamento de que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do agravado, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator